



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

NÚCLEO DE COORDENADORIA DE ASSESSORIA JURÍDICA (T5-DG-AJ)

PARECER Nº 166/2021

Processo Administrativo n.º 0005501-70.2021.4.05.7000.

PAD n.º 123/2021. Aquisição de materiais para manutenção predial. Escolha dos fornecedores e dos preços devidamente justificadas. Parecer favorável com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93. Atualização dos valores do limite da dispensa de licitação estabelecida pelo Decreto n.º 9.412/2018.

1. Relatório.

Em observância ao que estabelece o Ato n.º 219/2021 da Presidência deste Tribunal, o presente processo administrativo é apresentado para análise deste Núcleo de assessoramento jurídico, em face da solicitação de aquisição de materiais para manutenção predial, consoante descrição constante do corpo do PAD n.º 123/2021 (peça n.º 2233338).

A Subsecretaria de Infraestrutura e Administração Predial, unidade técnica solicitante, assim justificou a contratação:

Necessidade de aquisição de materiais para execução de serviços diversos de manutenção predial (isolamento acústico, impermeabilizações, elétrica, civil, etc.).

A Administração realizou cotação de preços, fato que pode ser comprovado pela juntada aos autos dos documentos constantes nas peças n.º 2233350, 2233373, 2233380, 2233888, 2233394 e 2233401.

Pela análise do Mapa Comparativo de Preços (peça n.º 2233407), verifica-se que as empresas VML COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI e ARMAZÉM COMERCIAL NOVO LAR EIRELI ofereceram as propostas mais vantajosas para a aquisição em comento.

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Pedido de Autorização de Despesa – 123/2021, com os campos devidamente preenchidos (peça n.º 2233338);
2. Mapa Comparativo de Preços (peça n.º 2233407);
3. Solicitações de empenho (peças n.º 2234007 e 2234007);
4. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até 30/11/2021; Certidão de Regularidade do FGTS-CRF, com validade até 22/08/2021; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 22/01/2022; (peça n.º 2233420); todas expedidas em favor da VML COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI;

6. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até 23/01/2022; Certidão de Regularidade do FGTS-CRF, com validade até 20/08/2021; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 22/01/2022; (peça n.º 2233428); todas expedidas em favor da ARMAZEM COMERCIAL NOVO LAR EIRELI;

7. Informação n.º 2241457, na qual a Subsecretaria de Orçamento e Finanças assevera que a presente despesa tem adequação com a Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano Plurianual para os exercícios futuros e registra que a despesa será classificada no Programa de Trabalho n.º 168455, sendo indicado o Elemento de Despesa n.º 339030.24, no valor de R\$ 1.327,00; o Elemento de Despesa n.º 339030.16, no valor de R\$ 137,38; o Elemento de Despesa n.º 339030.26, no valor de R\$ 269,70 e o Elemento de Despesa n.º 339030.42, no valor de R\$ 730,00, todos na Reserva 2021 ND 000 660.

É o que há de relevo para ser relatado.

Passo a opinar.

2. Análise Jurídica.

Inicialmente é oportuno ressaltar que a análise em comento cingir-se-á estritamente aos aspectos jurídico-legais do pedido, vez que as questões técnicas, contábeis e financeiras fogem à competência desta Assessoria Jurídica.

2.1 Da possibilidade jurídica de contratação direta.

Para a aquisição de materiais necessários para execução de serviços diversos de manutenção predial, foram escolhidas as propostas mais vantajosas, apresentada pelas empresas VML COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI e ARMAZÉM COMERCIAL NOVO LAR EIRELI que se encontram em situação de regularidade fiscal, conforme se confere nos documentos acima referidos.

A respeito da legalidade da contratação, o art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 prevê as hipóteses em que há dispensa por parte da Administração Pública de licitar.

Dentre as possibilidades previstas pelo referenciado dispositivo, encontra-se tipificada a situação em comento, consoante se verifica abaixo:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite e para alienações, previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”. (Sem destaque no original)

Oportuno registrar ainda a redação dada pelo Decreto n.º 9.412/2018, que atualizou os valores limites das modalidades de licitação previstos no Estatuto de Licitações e Contratações Públicas, nestes termos:

"Art. 1º – Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I – para obras e serviços de engenharia :

a) na modalidade convite – até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) :

b) na modalidade tomada de preços – até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência – acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II – para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite – até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) ;

b) na modalidade tomada de preços – até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência – acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)." (sem destaque no original)

Vê-se, portanto, que a presente aquisição é de pequeno vulto, posto que o valor total importa em R\$ 2.464,08 (dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro Reais e oito Centavos), ou seja, é inferior aos R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), correspondentes a 10% (dez por cento) do valor atribuído à alínea “a” do inciso II do art. 23 da lei nº 8.666/93. Destarte, pode ser contratado diretamente, dada a dispensabilidade da licitação.

Para demonstrar que houve respeito à vedação ao fracionamento de despesas, contida no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, a Secretaria Administrativa informou da existência de saldo para os elementos de despesa n.ºs 3.3.90.30.24 (MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS); 3.3.90.30.16 (MATERIAL DE EXPEDIENTE); 3.3.90.30.26 (MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO) e 3.3.90.30.42 (FERRAMENTAS), referente ao exercício de 2021, considerando a classificação contábil da despesa da Subsecretaria de Orçamento e Finanças - SOF e os processos encaminhados àquela Secretaria até então (peça n.º 2241571).

2.2. Da necessária publicidade.

Impende ainda observar que, em virtude do princípio da economicidade a ser perseguido pela Administração Pública e seguindo orientação do TCU inserta no Acórdão nº 1336/2006 – Plenário, Processo nº 019.967/2005-4, fragmento transcrito abaixo, as contratações de pequeno valor, como no caso em análise, podem ser dispensadas da respectiva publicação na imprensa oficial.

“9.2 determinar à Secretaria de Controle Interno do TCU que reformule o SECOI Comunica n.º 06/2005, dando-lhe a seguinte redação: “a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei n.º 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei n.º 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância aos princípios da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei n.º 8.666/93”. (TCU, Acórdão n.º 1.336/2006, DOU de 07.08.2006)

Todavia, vale ressaltar que, nas hipóteses de dispensa de licitação prevista no art. 24, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93, os instrumentos contratuais poderão ser publicados na forma de extrato no Diário Eletrônico deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Resolução n.º 29, de 26 de outubro de 2011, em observância aos princípios da publicidade, da eficiência, da simplicidade, da economia dos atos processuais e da redução dos custos operacionais, tendo em vista a disposição constante em seu art. 1º, cujo teor passo a transcrever:

“Art. 1º - Instituir o Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, com meio oficial de publicação dos atos judiciais, dos atos administrativos e de comunicação em geral.

§ 1º - O Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região substituirá a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, gratuitamente, no Portal da Justiça Federal da 5ª Região, na internet, no endereço www.trf5.jus.br.

§ 2º - Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão feitas também no formato impresso, nos órgãos de imprensa oficiais e/ou jornais de grande circulação.

§ 3º - A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal nos casos em que a lei assim exigir." (sem destaque no original)

Destarte, na hipótese aqui em comento, recomenda-se que, em prestígio ao princípio da publicidade, o ato de dispensa seja publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal.

3. Conclusão.

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, este Núcleo de Assessoria Jurídica da Diretoria Geral opina favoravelmente à aquisição de materiais para manutenção predial mediante a contratação direta das empresas VML COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI e ARMAZÉM COMERCIAL NOVO LAR EIRELI em conformidade com as condições insculpidas no PAD n.º 123/2021, e com fundamento nos exatos termos do art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores.

É o parecer que submeto à apreciação superior.

Em 03 de agosto de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **FEDRA TEIXEIRA GONÇALVES SIMÕES DE LYRA**, **DIRETOR(A) DE NÚCLEO**, em 04/08/2021, às 19:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2245584** e o código CRC **36E4B495**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

DESPACHO

Processo Administrativo n.º 0005501-70.2021.4.05.7000.

Acolho os termos do Parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da Diretoria Geral n.º 166/2021, para determinar a aquisição de materiais para manutenção predial mediante a contratação direta das empresas VML COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI e ARMAZÉM COMERCIAL NOVO LAR EIRELI em conformidade com as condições insculpidas no PAD n.º 123/2021, e com fundamento nos exatos termos do art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores.

Por conseguinte, autorizo a emissão de notas de empenho em favor da referida empresa.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Administrativa, para conhecimento e cumprimento.

Publique-se no Diário Eletrônico deste Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **TELMA ROBERTA VASCONCELOS MOTTA**,
DIRETOR(A) GERAL, em 05/08/2021, às 15:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **2247977** e o código CRC **7205D381**.